

Angioni, Lucas. *As Noções Aristotélicas de Substância e Essência*. (Editora Unicamp 2008), ISBN 978-85-268-0816-4, 415 pp.

Raphael Zillig (UFPR)

Reconstituir o sentido de um texto filosófico antigo exige, invariavelmente, atenção às peculiaridades do contexto em que se deu sua redação. Essa tarefa torna-se especialmente trabalhosa quando o objetivo do autor é fornecer respostas a problemas ou teses cujo sentido e relevância dependem de um quadro filosófico que o tempo tornou implausível ao leitor moderno¹. As dificuldades agravam-se quando as teses combatidas no texto, por serem correntes no ambiente intelectual de origem, não são sequer apresentadas com clareza pelo autor. Nos casos extremos, torna-se difícil determinar o que o autor pretende responder ou por que o faz.

Para Lucas Angioni, os livros Z e H da *Metafísica* de Aristóteles, textos notoriamente resistentes à compreensão do leitor moderno, enquadram-se nessa situação. Em seu livro *As Noções Aristotélicas de Substância e Essência* (Editora Unicamp, 415 páginas), os livros Z e H são apresentados como a crítica detalhada de uma tese que atualmente estaria longe de ser usual. Trata-se da ideia segundo a qual uma definição deve apresentar itens que são a tal ponto independentes do *definiendum*, que não se introduz por meio da definição a coisa definida, mas algo distinto dela.

¹ Exemplo de tal situação pode ser encontrado no exame da pergunta “como pode alguém dizer algo que não é verdadeiro e, portanto, não existe para ser dito?”, com a qual se ocupa Platão em diversos textos. A respeito de tal questão, Nicholas Denyer comenta que “um considerável exercício da imaginação filosófica e histórica é necessário antes que possamos começar a simpatizar com o esquema mental no qual essa parece ser uma questão genuína” (*Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy* (Routledge 1991), p. 6).

A proposta combatida por Z e H estaria associada a uma estratégia platônica pela qual se teria a pretensão de identificar conjuntamente relações de prioridade lógico-explicativa e relações de prioridade ontológica. Em um contexto no qual “platônico” não se refere exclusivamente a Platão, mas também (e talvez principalmente) a seus sucessores imediatos, o propósito do exame de tal estratégia estaria incluído no objetivo geral de combater a tese segundo a qual as Formas universais são substâncias separadas dos seres sensíveis (p. 15). Se interpretar Z e H a partir da identificação desse objetivo geral nada tem de heterodoxo, a peculiaridade da leitura de Angioni está na reconstrução dos principais argumentos ali expostos como exame crítico de uma única estratégia platônica fundamental.

A proposta de interpretar Z e H à luz da reação a um único princípio platônico depende de uma tomada de posição exegética. As bases textuais que permitem a reconstrução desse raciocínio são quase todas externas a Z e H (entre os principais textos aos quais recorre Angioni encontram-se *Categorias* 12, 14^a29-35; *Metaf.* B3, 999^a17-23, M2, 1077^a36-^b9 e diversas passagens de Δ , como 1014^b6-14, 1017^b17-21 e, principalmente, 1019^a1-4). A leitura de Angioni, portanto, associa-se à recusa da prática bastante difundida de interpretar Z e H como texto estanque, evitando a busca de auxílio em outros livros da *Metafísica*. A oposição entre esses dois princípios de leitura (e entre as correspondentes posições quanto à unidade da *Metafísica* – texto sabidamente afetado por problemas de edição) constitui matéria para um debate independente (a posição de Angioni nesse debate é brevemente exposta na p. 61, n. 31). Em sua obra, Angioni limita-se a explorar as possibilidades interpretativas criadas pela chave de leitura por ele proposta e os ganhos em unidade e compreensão do texto contam a favor de sua opção exegética.

Uma vez que o raciocínio platônico não é exposto com clareza nos livros Z e H nem tampouco é familiar ou plausível ao leitor moderno, Angioni emprega esforço considerável em sua reconstrução. Parte importante dos dois primeiros capítulos é dedicada à exposição da estratégia combatida por Aristóteles (ver, em particular, p. 15, 32-38, 62-75). De um modo geral, o raciocínio dos platônicos baseia-se em uma interpretação peculiar do teste da *synanairesis* (ou “codestruição”), empregado para identificar uma relação de prioridade entre dois itens.

Em sua formulação geral, o teste pode ser apresentado a partir do seguinte critério: tomando-se dois itens, x e y , se a destruição de x acarreta a destruição de y , não sendo verdadeiro o oposto, então x é *anterior* a y . O tipo de anterioridade discernido pelo teste varia de acordo com o sentido de “destruição” suposto. Do ponto de vista lógico, a codestruição pode ser interpretada como o comprometimento das condições de verdade de um predicado a partir da não satisfação das condições de verdade de outro predicado. Quanto à existência, ser codestrutível pode significar “não ser capaz de existir sem”.

Para a estratégia platônica, é fundamental a confluência dessas duas condições quando se testam predicados que mantêm entre si uma relação de subordinação segundo maior e menor extensão. Se um predicado é verdadeiro, então *existe* algo do qual o predicado em questão é verdadeiro. Desse modo, é possível dizer que, de dois predicados, um dos quais é subordinado ao outro no sentido indicado, aquele de maior extensão será sempre anterior segundo as condições de verdade e segundo as condições de existência. Por ter maior extensão do que “homem”, o predicado “animal” é anterior segundo os dois critérios. De fato, tanto é o caso que as condições de verdade de “homem” supõem as de “animal”, não sendo verdadeira recíproca, como é também o caso que, se existe um homem, existe um animal, não sendo verdadeira a recíproca.

Aristóteles não teria qualquer objeção a essas aplicações do teste da *synanairesis*. Os platônicos, no entanto, compreendem que os dois tipos de anterioridade identificados pelo teste podem ser tomados, respectivamente, como anterioridade *explicativa* e anterioridade *ontológica*. Eles entendem que as relações entre condições de verdade expostas pelo teste permitem discernir qual, das duas noções relacionadas, é superior quanto à capacidade explicativa. A anterioridade segundo a existência, por sua vez, é interpretada sem ressalvas como independência ontológica.

Nessas condições, da anterioridade que a *synanairesis* confere ao animal em relação ao homem, os platônicos inferem não apenas que o primeiro pode ser tomado como causa ou princípio do segundo, mas também que é dotado de maior grau de independência ontológica. Como regra geral, desse raciocínio resulta que um predicado de maior extensão revela sempre um item de maior capacidade explicativa e autossuficiência ontológica do que os itens associados aos predicados subordinados.

Nesse raciocínio que privilegia o item de maior universalidade tanto do ponto de vista explicativo, quanto segundo a independência ontológica, Aristóteles encontra diversos empregos ilegítimos da *synanairesis*. Ele, em primeiro lugar, recusa as duas reduções fundamentais da estratégia platônica: nem a prioridade explicativa pode ser reduzida à prioridade segundo as condições de verdade nem a prioridade ontológica resume-se à prioridade segundo as condições de existência. A prioridade discernida pela *synanairesis* em cada um dos dois casos revela, na melhor das hipóteses, condições necessárias para que algo seja, respectivamente, anterior do ponto de vista explicativo e ontológico, mas ela certamente não revela condições suficientes. Nem todo predicado necessário de um sujeito pode ser tomado como predicado essencial, ou seja, suficientemente explicativo para que se imponha sua inclusão na definição do item em questão (Aristóteles, por exemplo, não admite que “mortal”, ainda que seja necessariamente verdadeiro de homem, deva ser incluído na sua definição). De outra parte, há itens anteriores com relação às condições de existência aos quais não se atribui prioridade ontológica: os animais sanguíneos, por exemplo, não podem existir sem o calor do sangue; disso não se segue, no entanto, que o calor (uma qualidade) tenha maior independência ontológica do que os animais de sangue quente.

De modo ainda mais importante, Aristóteles não aceita que os mesmos itens que satisfazem as condições de prioridade explicativa satisfazem também as condições de prioridade ontológica. Ao repelir o raciocínio platônico, portanto, Aristóteles afasta-se não apenas de certas concepções de princípio e autossustentação, como também assume que as duas noções devem ser investigadas segundo critérios distintos. Isso corresponde a atribuir papéis claramente distintos às noções que são tradicionalmente vertidas, respectivamente, por *essência* e *substância* (ainda que o termo grego correspondente seja um só: *ousia*).

Ao reconstruir a argumentação de Z e H como reação a uma proposta platônica que faz convergirem as noções de princípio e autossustentação, Angioni toma posição em uma discussão acerca de quais seriam, de acordo com aqueles livros, os entes mais fundamentais da ontologia. A pergunta muito repetida “as substâncias de Z e H são as formas ou os indivíduos sensíveis?” é, por ele, tomada como mal formulada (ver p. 13-15 e 386-8). Z e H pretendem estabelecer contra os platônicos uma distinção entre as condições de ser princípio e de ser dotado de autossustentação. Esperar que a forma e o

indivíduo sensível disputem um mesmo papel em uma ontologia baseada em tal proposta é não compreender os termos dessa distinção.

Tendo estabelecido as bases de sua interpretação para Z e H, Angioni volta sua atenção nos capítulos 3 a 10 ao primeiro (e mais controverso) desses dois livros. Se, do ponto de vista temático, sua obra diz respeito igualmente a Z e H, seu esforço de reconstrução é dedicado sobretudo a Z. Não por acaso, a exposição de Z começa a partir dos capítulos Z13-16, nos quais é particularmente direto o embate com a estratégia da *synanairesis*. A não ser por esse desvio, a exposição de Angioni segue a sequência dos capítulos de Z, segundo sua ordenação tradicional.

De acordo com a leitura de Angioni, o objetivo imediato da pesquisa empreendida em Z a partir de Z3 (ver capítulo 4) é mostrar que o teste da *synanairesis* não permite identificar as essências dos seres sensíveis. Dada a interpretação platônica do teste, isso corresponde a eliminar as razões para aceitar que os universais do platonismo devam ser tomados como substâncias. Com esse objetivo, Aristóteles dedica os capítulos Z4-6 a estabelecer que x e a essência de x devem ser coextensivos (ver capítulo 5). Há certos requisitos formais para dizer o que é algo (mesmo quando se trata de itens acidentais): é necessário dizer *o mesmo* que se pretende elucidar sem recorrer ao próprio objeto de elucidação (Z4, 1029^a19-22). Uma condição necessária (ainda que não suficiente) para se apresentar a essência de algo, portanto, é garantir que o campo de aplicação da essência não seja distinto do campo de aplicação disso de que ela é essência. O raciocínio dos platônicos, no entanto, não está em conformidade com essa regra: recorrendo ao teste da *synanairesis* para identificar essências, eles privilegiam a anterioridade em detrimento da coextensividade.

A partir de Z4-6, tem-se que o modelo dos platônicos não está de acordo com o requisito lógico da coextensividade. Os principais problemas da recusa platônica dessa condição, no entanto, não são de natureza lógica, mas ontológica e explicativa. Mostrá-lo é justamente o objetivo de Z13-16 (examinados no capítulo 3 da obra de Angioni), e é no âmbito dessa discussão que se deve compreender a controvertida afirmação segundo a qual nenhum universal é *ousia* (Z13, 1038^b8-9).

De acordo com Angioni (p. 88-89), “universal” não está sendo empregado nesse contexto no sentido ordinário do que se predica de muitas coisas (tal como exposto em *Da Interpretação* 17^a39-40). No sentido relevante, “universal” é tomado como noção

correlativa: o predicado A, atribuído a B, é universal *em relação* a B, se a extensão de B for menor do que a de A². Assim definido, o universal corresponde ao que é anterior de acordo com o teste platônico da *synanairesis*. Uma vez que as noções de animal racional e de homem têm a mesma extensão, a primeira não pode ser tomada como universal em relação à segunda e, portanto, não pode ser tomada, a partir dos critérios adotados pelos platônicos, como sua essência.

Desse modo, ao recusar a tese segundo a qual universais são *ousiai*, Aristóteles está rejeitando a interpretação platônica da *synanairesis*. De acordo com esse teste, o item mais universal é *ousia* (essência) dos itens de menor universalidade do qual ele é predicado e é, também, *ousia* (substância) em maior grau, ou seja, dotado de maior independência ontológica.

O objetivo principal de Aristóteles em Z13-16 é mostrar que, com esse raciocínio, os platônicos comprometeram-se com a tese problemática segundo a qual uma substância é composta de outras substâncias em efetividade. Isso decorre do fato que os itens contidos na definição de algo são dotados, segundo o teste da *synanairesis*, de maior grau de independência ontológica do que o item definido. Nessas condições, não é possível explicar a unidade e independência da substância cuja essência deve corresponder aos universais platônicos.

O critério da coextensividade, no entanto, não é suficiente para caracterizar a compreensão aristotélica de essência. Há essências em sentido estrito apenas de itens que satisfazem uma condição de unidade interna (condição examinada por Angioni na seção IV do capítulo 5). Pode-se verificar se essa condição é satisfeita a partir do exame da forma como vinculam-se entre si os termos contidos no enunciado *definiens* que apresenta o que é o item em questão. Se o vínculo dos termos é tal que “um é afirmado do outro” (Z4, 1030^a10-11), ou seja, se os termos do enunciado *definiens* não têm qualquer relação de implicação entre si e encontram-se conjugados em razão de um vínculo contingente, o item definido não satisfaz a condição de unidade interna. Entre os seres sensíveis, apenas as substâncias compostas devem satisfazer a exigência.

² Para a caracterização dessa noção relevante de universal, Angioni recorre ao exame de B3, 999^a17-23 (ver cap. 2, seção IV). Cabe notar que a identificação de um sentido de “universal” relevante para a discussão desenvolvida em Z13 não corresponde a atribuir a Aristóteles a tese segundo a qual são *ousiai* os universais no sentido tradicional de *Da Interpretação* 17^a39-40.

A formulação desse teste supõe que o enunciado *definiens*, ao apresentar o que é a substância definida (ou seja, a sua essência), seja capaz de revelar o modo como se estabelece a unidade entre seus elementos constitutivos. A definição das substâncias, portanto, deve ter uma *dimensão explicativa* que inexiste nas definições de outros itens (mesmo que tais definições satisfaçam o critério da coextensividade). No caso das substâncias compostas, o vínculo entre os termos do *definiens* deve revelar o vínculo ontológico entre matéria e forma que garante a unidade do *definiendum*. Conhecer a essência expressa pela definição, portanto, equivale a compreender o modo como matéria e forma constituem uma substância única.

Segundo Angioni (cap. 6), a razão da inserção dos capítulos Z7-9 (provavelmente redigidos como um texto independente) na posição atual é justamente fazer emergir os problemas peculiares à definição das substâncias compostas. Há, nesses capítulos, uma notável ambiguidade. De um lado, a matéria é tratada como item preexistente ao composto substancial e, portanto, extrínseco à sua essência. De outro, ela é apresentada como item correlativo à forma e determinado a partir das condições de realização desta última. Nesse caso, ela é naturalmente incluída na definição da substância composta.

Essa aparente hesitação concorre, em Z10 e 11, para introduzir na discussão a respeito da unidade do *definiens* das substâncias compostas o exame da *synanairesis* (ver capítulos 7 e 8). Os platônicos defendem a redução do enunciado *definiens* à forma, excluindo a matéria da definição dos seres sensíveis. Essa proposta pretende estar de acordo com a estratégia geral de tomar como essência de x um item dotado de maior universalidade do que x e identificado a partir do uso platônico da *synanairesis*. Não é claro, no entanto, que esse teste exclua a matéria, como querem os platônicos. A matéria, afinal, sobrevive à destruição do composto, ao passo que o composto é codestruído com a matéria. Para eliminar do *definiens* a matéria, os platônicos alegam, em primeiro lugar, que a matéria é princípio apenas do item composto, suscetível de geração e corrupção, ao passo que a definição diz respeito à forma universal. Em segundo lugar, os platônicos sugerem que a matéria, ao contrário do que pode parecer, não existe nem é definida sem isso de que ela é matéria: a existência e a definição de uma parte material como um dedo dependem do organismo inteiro, não sendo verdadeiro o oposto.

O segundo argumento dos platônicos para a exclusão da matéria só pode ser mantido quando se ignora a distinção que, em Z7-9, aparecia como ambiguidade. O argumento platônico pode ser eficiente com respeito à matéria que se define a partir das condições de realização da forma, mas não se pode extrapolar esse resultado à matéria que preexiste ao composto como item independente e é princípio de sua geração. Por outro lado, mesmo que os platônicos estejam corretos com relação à impossibilidade de se inserir no *definiens* a matéria individual da qual se compõe um ser particular, eles não eliminam, com isso, a possibilidade de se incluir na definição da substância uma referência ao *tipo* de material que entra em sua composição. Há, além do mais, uma boa razão para que se pretenda incluir o tipo de material na definição dos seres sensíveis. A forma desses últimos caracteriza-se a partir de atividades que não podem ser realizadas sem o concurso de um tipo de matéria. Ora, nessas condições, é razoável aceitar que o tipo de material apropriado universalmente tomado seja compreendido como parte da própria forma (ver p. 289-92).

Nessa perspectiva, portanto, o objetivo de Z10 e 11 é combater a proposta platônica de reduzir a essência das substâncias sensíveis à forma. Não se apresenta, com isso, um modelo acabado para a compreensão da essência das substâncias sensíveis que esteja de acordo com os critérios estabelecidos em Z4-6. Com exceção de indicações gerais que emergem no curso da crítica à proposta platônica, não há uma exposição satisfatória a respeito da maneira como matéria e forma relacionam-se de modo que sua composição não corresponda à adição de dois itens distintos entre si.

A estrutura geral da resposta é fornecida em Z12 (texto examinado no capítulo 9) sob a forma de uma discussão a respeito da unidade dos termos do enunciado *definiens*. Tal discussão seria apenas um modo de introduzir a questão a respeito da unidade da coisa definida (passagem plenamente legítima, uma vez que o vínculo entre os termos do *definiens* deve expor a causa da unidade do item definido). Sem nenhuma pretensão de indicar um padrão para as definições em geral, Aristóteles recorre ao modelo das definições que se constroem a partir da divisão do gênero pela adição de diferenças para identificar o tipo de relação que deve ser encontrado nos compostos de matéria e forma. Gênero e diferença não são “afirmados um do outro” (no sentido exposto em Z4), uma vez que não são heterogêneos entre si e não podem ser concebidos independentemente. De um lado, a diferença supõe o gênero como seu elemento constitutivo (não há bípede

que não seja animal), de outro, o gênero não existe senão instanciado em suas diferenciações.

Essa discussão, que já foi tomada como um excuro, permite encontrar um modelo de resposta para os problemas que não foram resolvidos em Z10-11. Se forma e matéria estão relacionadas como diferença e gênero, então uma não pode ser entendida sem a outra: relacionar-se com a matéria faz parte do que é ser forma e vice-versa. Angioni encontra a confirmação de sua interpretação da função de Z12 no texto paralelo de H6, onde o resultado desejado é explicitamente afirmado em 1045^a33 (cabe notar que o grego da frase recebe interpretação peculiar: ver p. 324-5).

Cabe notar que a análise da definição em Z12 não afasta Aristóteles do objetivo de elaborar uma crítica à proposta platônica – ao contrário, a análise acentua a crítica ao platonismo. Quando se recorre à *synanairesis* para identificar os termos que devem ser incluídos na definição, nada garante que os itens selecionados estejam internamente relacionados. A *synanairesis* apenas seleciona itens de maior generalidade, que podem não apresentar qualquer vínculo entre si. Uma definição assim constituída, diferentemente do que requer a análise da definição em Z12, corresponde a nada mais do que uma justaposição de condições necessárias. Além disso, no modelo apresentado em Z12 a primazia explicativa não recai sobre o item de maior generalidade. Do ponto de vista explicativo, a diferença é anterior ao gênero, já que basta conhecer a primeira para conhecer o segundo, não sendo verdadeiro o inverso.

Em Z17, capítulo final do livro Z (examinado no capítulo 10 da obra de Angioni), a investigação acerca da noção de essência que está em curso desde Z3 é avaliada a partir da introdução da estrutura triádica da relação de causalidade (uma causa é um terceiro item em relação ao que se quer explicar, a saber, por que certa entidade tem certas propriedades). Essa estrutura permite avaliar os resultados obtidos porque torna explícito *o que* a indicação de uma causa deve explicar. Se uma suposta causa não é capaz de esclarecer a razão pela qual um item subjacente tem certas características, então ela não deve ser tomada como causa adequada.

Agora, a unidade da substância sensível não parece poder ser explicada a partir dessa estrutura. O modelo esquematizado em Z12 e H6 sugere que a unidade entre matéria e forma decorre da própria natureza desses dois fatores, não havendo, portanto, um terceiro item a ser indicado. Para ressaltar o papel causal/explicativo da forma nessa

composição, Aristóteles reformula a pergunta a ser respondida pela indicação de uma causa, retirando a forma do âmbito do *explanandum*. No caso das substâncias sensíveis, caberia, então, responder “por que esta matéria é dotada de tais e quais propriedades de modo a constituir o composto substancial?”. A resposta corresponde, então, à indicação da forma, que, tomada como *causa final*, ordena os processos relativos não só à geração, mas também à existência continuada desses seres.

Essa análise, novamente, ressalta a insuficiência do modelo platônico. Se o que se deseja explicar é a existência de um conjunto de propriedades em um substrato material, não há como obter uma resposta a partir de um teste que simplesmente privilegia o item de maior universalidade. Diante disso, torna-se evidente que é muito mais explicativa a opção pela relação de necessidade hipotética que se estabelece entre a forma e as propriedades que a matéria deve assumir para a realização dessa última.

A solução delineada em Z17 para o problema da essência das substâncias sensíveis, no entanto, não esgota o que se espera de uma resposta final à questão (ver p. 350). Em primeiro lugar, cabe notar que, se a forma pode ser tomada como fim a ser efetivado pela matéria, Aristóteles parece flertar perigosamente com o hилоzoísmo (tese segundo a qual a matéria já está, por sua natureza, disposta a efetivar uma forma). Por outro lado, se os laços entre matéria e forma são suficientemente frouxos para evitar esse primeiro perigo, a essência dos compostos entre matéria e forma corre o risco de não satisfazer o critério da unidade estabelecido em Z4 – condição sem a qual não se tem uma essência *em sentido estrito*.

Não surpreende que o livro Z não resolva todas as questões necessárias à elaboração de um modelo de essência satisfatório para as substâncias sensíveis. Seu objetivo específico, como acredita Angioni, não é fornecer um modelo completo para a compreensão da essência, mas destruir as razões para a adoção da proposta platônica. É possível, no entanto, encontrar com o auxílio de outras obras (como *De Anima* II e *Partes dos Animais* II) os elementos necessários a uma formulação mais completa da perspectiva aristotélica. Ao exame de tais elementos é dedicado o último capítulo da obra de Angioni (ver, em particular, as seções 11.II e 11.III).

De acordo com o que se expõe ali, o risco do hилоzoísmo é evitado à medida que Aristóteles não pretende estabelecer a explicação pela necessidade hipotética às propriedades da matéria compreendida em todos os níveis. As propriedades do

componente material explicam-se tanto mais *em vista* da realização da forma, quanto maior for a sua funcionalidade. Desse modo, as propriedades do corpo, compreendido como conjunto de órgãos funcionais, são inteiramente explicadas a partir da efetividade da alma. Nesse nível, matéria e forma são absolutamente coextensivos, de modo que Aristóteles pode dizer que há, entre eles, uma relação de identidade (H6, 1045^b17-19). No entanto, quando a matéria em questão corresponde aos elementos (água, ar, terra e fogo) dos quais é composto o corpo orgânico, a relação explicativa não mais se estabelece do mesmo modo. Isso significa que os elementos têm essências próprias e independentes das formas dos compostos substanciais. A forma explica por necessidade hipotética apenas as propriedades funcionais obtidas a partir da composição dos elementos, mas não as propriedades que caracterizam os elementos enquanto itens independentes.

Segundo Angioni, essa solução ao problema do hilozoísmo não compromete a unidade interna da substância composta. O critério de unidade de Z4 não exigiria uma relação de bi-implicação entre os itens da essência, bastando uma relação de implicação simples (ver seção 10.III, comparar com seção 5.IV, especialmente com p. 191-93). O corpo funcional é resultado de uma composição de elementos segundo proporções precisas. Nada nas propriedades essenciais dos diferentes elementos impõe sua composição na proporção necessária. Da matéria básica, portanto, não se segue a efetivação do organismo vivo e, por conseguinte, não se segue a efetivação da forma. Por outro lado, da efetivação da forma segue-se que os elementos estão compostos segundo a proporção requerida. O ponto fundamental é que em ambos os casos, tanto na relação de implicação mútua entre corpo funcional e forma, quanto na implicação simples que parte da forma em direção à matéria básica e não se reproduz no sentido oposto, a prioridade explicativa recai sobre a forma.

Em seu conjunto, *As Noções Aristotélicas de Substância e Essência* é notável, antes de mais nada, em virtude de seu resultado exegético. A partir do contraste com uma única estratégia adversária, Angioni mostrou que se pode encontrar uma argumentação unificada no livro Z, texto que já foi tomado como compilação de argumentos independentes e desarticulados. Sob essa perspectiva, a proposta defendida torna-se especialmente atraente quando se considera que ela não apenas unifica a

argumentação de Z, mas também torna compreensíveis as limitações da abordagem das noções de essência e substância ali desenvolvida.

O mérito maior da obra de Angioni, no entanto, é sua capacidade de associar uma chave de leitura eficiente e elegante do ponto de vista exegético a um projeto filosófico interessante. Na leitura de Angioni, a reação à proposta platônica em Z e H não se limita a um mero exame crítico da *synanairesis*. Em sua interpretação, recusar o critério platônico que determina o que deve constar em uma definição corresponde imediatamente a defender uma compreensão da essência calcada na busca pela explicação da realidade sensível. À medida que são apontadas as limitações de um raciocínio que confunde as prioridades lógica, explicativa e ontológica, é delineado um critério alternativo para determinar o que deve constar na definição de uma substância sensível. Progressivamente, a relação de necessidade hipotética da teleologia impõe-se como opção natural a ocupar o lugar da *synanairesis* porque permite explicar as propriedades das substâncias sensíveis de um modo que se torna impossível a partir da alternativa platônica.

À guisa de encerramento, convém aqui sugerir algumas questões para o debate ao qual convida a leitura da obra de Angioni. Em particular, cabe perguntar se a ênfase dada ao papel da noção de essência e às críticas ao platonismo não obscureceriam o interesse de Z e H na noção de substância.

Angioni entende que o capítulo Z1 fornece critérios suficientes (ainda que esquemáticos) para o reconhecimento do que deve contar como uma substância (ver p. 26-27 e 385). Em Z2, seriam listados diversos itens que, de um modo ou outro, satisfazem os critérios fornecidos no capítulo anterior. Os seres sensíveis apresentados na lista não estariam no campo de interesse de Aristóteles, cabendo apenas verificar se são substâncias os itens que são aceitos como tal unicamente pelos platônicos, a saber, as Formas separadas e as entidades matemáticas (ver p. 27 e 386). Nessa perspectiva, a defesa de uma proposta acerca de quais itens são substâncias não estaria no foco de Z e H.

Parece, no entanto, que o esquema geral da interpretação de Angioni fornece razões para esperar de Aristóteles alguma atenção a esse aspecto de sua doutrina da *ousia*. Segundo Angioni, um dos pontos centrais da divergência entre Platão e Aristóteles em Z e H está na tese segundo a qual uma substância e sua essência são

coextensivos. A emancipação ontológica das Formas separadas é possível justamente porque as essências das substâncias sensíveis não são, na perspectiva do platonismo, coextensivas com isso de que são essências. Cabe, no entanto, perguntar se o critério da coextensividade não põe em questão também o estatuto ontológico dos itens que são tomados como substâncias sensíveis por Aristóteles. Angioni mostrou que a relação de implicação simples entre a forma e a matéria básica (os elementos) é capaz de tornar explicativo o modelo de definição exposto a partir da necessidade hipotética. Esse modelo, no entanto, não permite concluir que substâncias sensíveis típicas (como os seres vivos) sejam completamente coextensivos com suas essências. Angioni nota por diversas vezes as incongruências entre as propriedades essenciais dos elementos e a realização da forma (p. 364, n. 27; p. 370; p. 375-6). Essas incongruências seriam responsáveis pela corrupção dos seres vivos. Se fenômenos como doença e morte são explicados pela atualização de propriedades essenciais dos elementos que, no organismo saudável, permanecem em potência, há também propriedades características dos seres sensíveis que são explicáveis *unicamente* por referência aos elementos dos quais são constituídos. Certas propriedades constitutivas do corpo humano, como a tendência a inflamar-se quando aproximado do fogo (e, talvez, a cor dos olhos), não podem ser explicadas a partir da forma por uma relação de necessidade hipotética. Se o corpo orgânico funcional tomado em abstrato é perfeitamente coextensivo em relação à forma, o mesmo não se pode dizer do corpo material que é constitutivo de cada indivíduo. Parte da realidade da substância sensível parece encaixar-se imperfeitamente no enunciado da essência. Não parece possível, nessa perspectiva, dizer que a substância sensível e sua essência sejam perfeitamente coextensivas.

O problema torna-se mais agudo quando se leva em conta que, nos termos da exposição de Angioni, Aristóteles é confrontado com a proposta de substâncias que satisfazem com maior perfeição o critério da coextensividade. De acordo com Angioni, os platônicos tenderiam a compreender a relação entre a Forma separada e sua essência do mesmo modo como entendem a relação entre a Forma e a substância sensível (p. 215, especialmente n. 85). Nessa perspectiva, nenhuma substância platônica seria coextensiva em relação à sua essência. No entanto, há ao menos um grupo de platônicos (referidos, segundo Angioni, em Z11, 1037^b1-3: ver p. 287) que parecem descrever as “*ousiai* primeiras” como idênticas a suas essências. Para eles, haveria coextensividade

entre os Números ideais e as almas e suas respectivas definições, ao contrário do que ocorre com os seres materiais.

O confronto com esse grupo de platônicos evidencia que o requisito da coextensividade é mais facilmente satisfeito a partir da aceitação de substâncias imateriais. Diante da importância da coextensividade para Aristóteles, a decisão de tomar seres sensíveis como substâncias não pode ser tomada sem uma defesa.

Diante disso, não surpreende que o próprio Aristóteles indique haver um debate *em aberto* a respeito de quais itens sejam substâncias. Em Z2, ele afirma, com efeito, que mesmo os exemplos mais aceitos de substâncias sensíveis estão sob exame. Torna-se claro que, no estágio inicial da investigação, não se exclui nem mesmo a hipótese segundo a qual *nenhum* dos itens normalmente aceitos como substâncias satisfaz os critérios que determinam quais são as substâncias genuínas (1028^b13-15).

Angioni compreende como sendo de natureza retórica (p. 27) essa referência a um exame do que (se algo em absoluto) deve contar como substância no mundo sensível. Desse modo, torna-se mais fácil encontrar em Z e H um debate voltado *exclusivamente* a determinar a natureza da essência das substâncias sensíveis (por meio do qual seria possível eliminar a hipótese segundo a qual são substâncias as Formas platônicas).

Não parece, no entanto, necessário a Angioni concluir que não há em Z e H o interesse de defender uma concepção do que deva contar como substância sensível. Sua interpretação geral não apenas fornece motivos para esperar de Aristóteles uma tal defesa (como se procurou mostrar), como também é possível encontrar essa defesa nas cercanias de sua própria interpretação. Pretensas substâncias como os Números ideais podem ser perfeitamente coextensivos com suas definições, mas postular sua existência nada explica a respeito da realidade do mundo sensível. Por outro lado, tomar cavalos e homens como seres fundamentais do ponto de vista ontológico permite compreender as regularidades da natureza. Desse modo, a opção, contra os platônicos, por um modelo de essência eficiente do ponto de vista explicativo traz consigo a fundamentação de uma opção a respeito de *quais* seres devem ser tomados como as entidades básicas da ontologia. Essa fundamentação, evidentemente, não é mais do que esboçada em Z e H – mas Angioni mostrou por que não se deve procurar em tais livros a defesa acabada das posições de Aristóteles.